



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
DE EDUCAÇÃO INFANTIL:
ENTRE A CRIANÇA CARENTE E A CRIANÇA COMPETENTE**

Maria Aparecida Antero Correia

cidinha.antero@gmail.com

Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo (USP)

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

As representações sociais sobre as crianças e a infância têm fomentado grandes debates acadêmicos, políticos e sociais nos últimos anos, diante do subsídio que estas concepções forneceram para a formulação e implementação da política pública, delineando as responsabilidades que a sociedade em geral, e mais especificamente que o Estado, tem para com este grupo social.

Quando se considera a agência das crianças refuta-se as teses tradicionais de socialização, em que elas receberiam a cultura e os ensinamentos dos grupos mais velhos da sociedade de forma passiva. Entender as crianças com agência pressupõe considerá-las ativas e autônomas. Com essa perspectiva, a infância, ao mesmo tempo em que se enquadra estruturalmente na sociedade, se relaciona com as outras duas categorias estruturais, adultez e velhice. Também sofrem influência dos contextos sociais, econômicos e políticos que, por sua vez, são fundamentais para determinar o modo como as políticas públicas são formuladas e implementadas. Na área da educação, os Centros de Educação Infantil (CEI's) são *locus* privilegiado para refletir e apreender importantes aspectos sobre infância e educação.

Este trabalho é fruto de pesquisa de mestrado realizada na região de Guaianazes, São Paulo, Brasil, que apresenta altos índices de vulnerabilidade social. No decorrer da pesquisa foi possível apreender as relações entre a implementação da política de Educação Infantil para as crianças de 0 a 3 anos e as concepções dos atores sociais envolvidos nesse processo, ao mesmo tempo em que foi possível avaliar a realidade concreta em que convivem meninos e meninas. A pesquisa de caráter qualitativo foi desenvolvida por meio de análise documental, entrevistas e observação em duas instituições educacionais: um CEI Direto com estrutura e gestão total do setor público, e um CEI conveniado, com estrutura e gestão de organizações do terceiro setor, em que o ente público municipal repassa de valores por criança matriculada. Os referenciais teóricos utilizados foram da Ciência Política (ARRETCHE; DRAIBE; ABRUCIO) Sociologia da Infância (QVORTRUP; SARMENTO; PROUT) e da História da Educação Infantil no Brasil (ROSEMBERG; CAMPOS; FARIA).

Como resultado verificou-se que a distância existente entre a legislação brasileira e a prática faz parte de mecanismos construídos historicamente que perpetuam desigualdades, ao implementar



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

políticas pobres para os pobres. Foi possível constatar que nas duas instituições prevaleceram concepções de infância que entendem crianças e famílias como necessitados de correções, o que enseja uma política pública que centra o problema da educação nos usuários/beneficiários e não no Estado. Esse quadro se agrava ainda mais para as crianças pequenas nas regiões onde o bem-estar social já está comprometido devido à realidade de exclusão e vulnerabilidade social.

Palavras-chave

Políticas Públicas, Educação Infantil, Sociologia da Infância.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

CHILDHOOD CONCEPTIONS AND PUBLIC POLICIES FOR CHILDREN EDUCATION: BETWEEN THE DESTITUTE AND THE COMPETENT CHILD

ABSTRACT

Social representations about children and childhood have fostered major academic, political and social debates in recent years given the subsidy that these conceptions provided for the formulation and implementation of public policy that outlines the responsibilities that society in general – and, more specifically, the State - has with this social group.

When the agency of children is considered, the traditional theses of socialization that claim that the children receive cultural background and life lessons from older people in a passive way are refuted. To perceive children with agency is to assume them as active and autonomous. From this perspective, the category of childhood can be understood as structurally framed in society, as well as related to the other two structural categories of adulthood and old age. Childhood is also influenced by social, economic and political contexts, which in turn are fundamental to settle how public policies are formulated and implemented. In the education field, the Centers for Early Childhood Education (CEI's – as in the Portuguese initials) are privileged *locus* to reflect and seize important aspects about childhood and education.

The present analysis is the result of a master's research carried out in the region of Guaianazes, located in the state of São Paulo, Brazil, which presents high levels of social vulnerability. In the course of the research it was possible to understand the relationship between the implementation of the Child Education policy for children between 0 and 3 years and the conceptions of the social actors involved in this process, while it was possible to evaluate the concrete reality in which boys and girls live. The qualitative research was developed through documental analysis, interviews and observation in two educational institutions: 1) Direct CEI, managed and structured by the public sector; and 2) Agreed CEI, managed and structured by a third sector organization, in which the municipal public entity passes on values per enrolled child. The theoretical references used were from the Political Science (ARRETCHE; DRAIBE; ABRUCIO), the Sociology of Childhood (QVORTRUP; SARMENTO; PROUT) and the History of Early



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Childhood Education in Brazil (ROSEMBERG, CAMPOS; FARIA).

The conclusions pointed that the gap between Brazilian legislation and the practice is part of mechanisms historically constructed that perpetuate inequalities by implementing poor policies for the poor. It was possible to verify that in both institutions prevailed the conceptions of childhood that understand children and families as in need of corrections. This concept impels a public policy that focuses the problem of education in the users/beneficiaries and not in the State. This situation is even worse for young children in regions where social welfare is already compromised due to the reality of exclusion and social vulnerability.

Keywords

Public Policies; Child Education; Sociology of Childhood



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

A produção teórica, a legislação e os documentos que orientam os trabalhos nas instituições de Educação Infantil no Brasil, discorreram nos últimos anos sobre os vários avanços que ela conquistou: consideração como primeira etapa da Educação Básica, dever do Estado, direito da criança e da família, regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), nº 9.394/1996, além de reconhecer as crianças como sujeitos de direitos.

Entretanto, vários trabalhos (CAMPOS et al., 2003; NUNES, et al., 2011) vêm apontando a distância que existe entre o que está previsto na legislação e o que vem sendo praticado, quer seja na implementação das políticas públicas ou nas práticas pedagógicas das instituições. A discrepância entre os sujeitos de direitos e os sujeitos de políticas tem provocado pesquisas que buscam respostas sobre o que é uma educação infantil de qualidade.

No ciclo das políticas públicas: formulação, implementação e avaliação, as concepções dos implementadores determinam em grande parte a formatação que elas assumem junto aos usuários. (ARRETCHE, 2001; DRAIBE, 2001). A pesquisa de mestrado desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, buscou evidenciar e compreender as concepções de infância, criança e Educação Infantil do gestor regional, de profissionais da educação infantil e de representantes das famílias, para tentar estabelecer sua relação com a qualidade da educação oferecida em dois Centros de Educação Infantil da região de Guaianazes, periferia do Município de São Paulo. Optou-se por interpretar a questão da qualidade relacionando-a com as concepções dos sujeitos e a conformação da política pública, considerando os processos que geram ou reforçam desigualdades. (ARROYO, 2011).

O atendimento à demanda por vagas na Educação Infantil de 0 a 3 anos no Município de São Paulo vem sendo realizado por meio de uma expressiva expansão de convênios com organizações da sociedade civil¹. Chama a atenção, nesse contexto, a região de Guaianazes, que, do total da rede

¹ A rede de atendimento da cidade de São Paulo funciona com três tipos de unidades: **Diretas** que têm estrutura e profissionais da própria Prefeitura; **Indiretas** que funcionam em locais de propriedade do município, mas são administradas por organizações não governamentais e **Conveniadas**, que mantêm estrutura e profissionais sob responsabilidade de entidades conveniadas e que recebem um valor *per capita* por criança atendida.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

de educação infantil, apresenta um percentual 87,38 % de unidades conveniadas (PMSP, 2012). A região, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social e da qualidade de vida, apresenta elevados índices de pobreza e exclusão social, sendo, na Zona Leste da cidade, a Subprefeitura² que apresenta o maior índice de vulnerabilidade social, segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social da Fundação Seade³.

Foi possível compreender a relação entre as concepções de infância e criança, e o ciclo das políticas públicas, principalmente nos momentos de elaboração e implementação com destaque para as concepções de criança e infância, educação infantil e famílias. Com este quadro e a apresentação da história da Educação Infantil no Brasil, é apresentado um panorama de questões que influenciam a Educação Infantil na atualidade como, por exemplo, a grande demanda por vagas nas instituições educativas.

O objetivo deste trabalho, não teve a intenção de avaliar (dar valor, medir) e sim de pesquisar (investigar) a implantação da política pública de educação infantil de 0 a 3 anos na Diretoria de Ensino de Guaianazes, centrada nas concepções de infância, criança e educação infantil presentes na implementação.

² O município de São Paulo passou a ser dividido administrativamente em 31 Subprefeituras com a promulgação da Lei nº 13.399 de 1º de agosto de 2002. Compõem as Subprefeituras 96 distritos, que por sua vez abrigam os bairros da cidade. Cada Subprefeitura tem um administrador, o Subprefeito.

³ A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) é um centro de estudos e pesquisas vinculado ao Governo do Estado de São Paulo. O centro criou o índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), um indicador construído a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000. A partir da compilação dos dados o índice classifica os grupos em seis níveis de vulnerabilidade social: 1) Nenhuma Vulnerabilidade; 2) Vulnerabilidade Muito Baixa; 3) Vulnerabilidade Baixa; 4) Vulnerabilidade Média; 5) Vulnerabilidade Alta e 6) Vulnerabilidade Muito Alta. São consideradas para a composição do índice as dimensões socioeconômica e demográfica da população analisada. A dimensão sócioeconômica é composta da renda apropriada pela família e do poder de geração de renda e a dimensão demográfica é relacionada ao ciclo de vida familiar. Neste trabalho, para considerar a Subprefeitura de Guaianazes com o maior índice de vulnerabilidade social, foram comparados os níveis 5 e 6 entre as Subprefeituras da região leste da cidade.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceitual

Nos últimos anos a Sociologia da Infância tem proporcionado grandes contribuições para os estudos da infância, para o entendimento das construções sociais em relação à posição que este grupo ocupa na estrutura social, e para a compreensão do modo como as crianças têm vivido as suas infâncias.

Refletir sobre a sociedade do ponto de vista da Sociologia da Infância é conceber a criança como um ser ativo e autônomo, considerando-a a partir de seu contexto concreto, atual e imediato, e não ponto de vista do que elas podem vir-a-ser; ou seja, não se entende as crianças apenas pelo potencial que elas possam ter para serem adultos, ou como “matéria-prima para a produção de uma população adulta” (QVORTRUP, 2010a, p. 787). Essa nova imagem social da criança considera toda a sua potencialidade no presente, com a necessidade de dar-lhe voz e entender sua ação e sua produção de cultura, bem como sua relação com outras categorias geracionais. Sarmiento (2007, p. 35-36) resume essa concepção contrapondo-a à visão tradicional de criança e infância:

A infância não é a idade da não-fala; todas as crianças, desde bebês, têm múltiplas linguagens (gestuais, corporais, plásticas e verbais) por que se expressam. A infância não é a idade da não-razão: para além da racionalidade técnico-instrumental hegemônica na sociedade industrial, outras racionalidades se constroem, designadamente nas interações de crianças, com a incorporação de afetos, da fantasia e da vinculação ao real. A infância não é a idade do não-trabalho: todas as crianças trabalham nas múltiplas tarefas que preenchem os seus quotidianos, na escola, no espaço doméstico e, para muitas também nos campos, nas oficinas ou na rua. A infância não vive a idade da não-infância: está aí, presente nas múltiplas dimensões que a vida das crianças (na sua heterogeneidade) continuamente preenche.

A visão da infância como categoria estrutural centra o diálogo nas análises dos contextos sociais e nas relações das crianças com outros grupos geracionais, a partir de uma visão macro de sociedade. Pensar a infância como categoria estrutural vai de encontro à ideia de infância como um período da vida, e de se pensar na criança do ponto de vista de seu desenvolvimento pessoal. Segundo Qvortrup (2010a, p. 786): “a noção de infância não considera a criança individual, e sim ar-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ranjos legais, espaciais, temporais e institucionais voltados às crianças em uma determinada sociedade”. É certo que todas as crianças passarão pela infância, mas a infância não desaparece, ela permanece como um espaço social para receber novas crianças.

Os parâmetros macroeconômicos, macropolíticos e macrosociais influenciam e delimitam a visão e a política para o grupo geracional da infância, bem como transformações e novas configurações históricas (QVORTRUP, 2010b). O autor ressalva que não são apenas as políticas e programas focalizados nas crianças que são importantes para pensar a infância como categoria da estrutura social. As propostas de políticas públicas gerais interferem na infância e podem até mesmo ter um peso maior em suas vidas: “as decisões tomadas nos ministérios das finanças, da habitação, dos transportes, do planejamento urbanos e outros ministérios mais amplos têm um impacto muito maior na infância do que as de um órgão exclusivo para as crianças” (QVORTRUP, 2010a, p. 785).

Segundo Nascimento (2011), no Brasil, as contribuições da Sociologia da Infância tem sido um importante referencial para a formulação e implementação dos grandes marcos das políticas públicas, e mais especificamente da Educação Infantil e decisivas para a constituição do arcabouço da legislação e normas que regulam essa área, com conceitos como “crianças como atores sociais”, “crianças como produtoras de cultura”.

Prout (2010) reafirma o vínculo e a conexão entre as representações de infância e as políticas, diferenciando a representação política, que seria o discurso público e a formulação de políticas das representações sociais e culturais que são as formas culturalmente construídas através das quais as crianças são vistas.

Mas, ao revisitar estudos sobre as visões sobre criança e infância, percebe-se que num país como o Brasil, marcado historicamente pela exclusão e desigualdade social, a concepção de pobreza, juntamente com a concepção da criança necessitada de cuidado e assistência, determinou grande parte das políticas públicas do século 20, e as concepções de infância apresentadas consideraram a criança de outro ponto de vista, geralmente como um ser necessitado de cuidado e proteção, sem considerar a importância de sua participação para a vida social. Conforme afirmam Campos et al. (2006, p. 117), as formas mais modernas de pensar a Educação Infantil ainda convivem com as mais atrasadas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

No início do século 20 prevaleceu uma proposta para a infância relacionada à contenção de pobreza e não a uma educação universal: “privilegiaram-se as formas de contenção extrema do segmento pobre da população infanto-juvenil em detrimento de uma educação de qualidade ao acesso de todos” (RIZZINI, 2011, p. 143).

Por volta da década de 60, também começaram a surgir no Brasil ideias da educação compensatória, presentes em países como os Estados Unidos, para crianças oriundas da pobreza. Os programas de educação compensatória focados na Educação Infantil se voltaram para suprir as carências de saúde e nutrição, tendo como fundamento essa concepção de infância carente. Conforme afirma Kramer (1992) as crianças eram consideradas “carentes”, “deficientes”, “inferiores”.

Nas décadas de 80 e 90, como fruto de contexto histórico e da nova legislação sobre educação infantil, as creches que eram de responsabilidade das secretarias de assistência social, foram transferidas para a área da educação. No entanto, as visões assistenciais ainda estão presentes em grande parte das instituições de Educação Infantil (CAMPOS, et. al, 2006), que continua sob permanente atenção e pressão por parte de grupos organizados da sociedade civil que a defendem com base em uma concepção de criança como sujeito de direitos.

Ganha destaque os sujeitos das políticas e as formas como cada um lê e interpreta as políticas formais e o mundo real onde elas são implementadas. Arretche (2001, p. 45-47) chama a atenção para a distância entre o legislado e o implementado a partir da posição que os implementadores ocupam no processo:

Na gestão de programas públicos, é grande a distância entre os objetivos e o desenho dos programas, tal como concebidos por seus formuladores originais, e a tradução de tais concepções em intervenções públicas, tal como elas atingem a gama diversa de seus beneficiários e provedores. [...] Na realidade, a implementação efetiva, tal como esta se traduz para os diversos beneficiários, é sempre realizada com base nas referências que os implementadores de fato adotam para desempenhar suas funções.

A forma como as políticas públicas chegam à “ponta” para os cidadãos, bem como a forma como esses atores veem a política, é de fundamental importância em sua análise. Diante disso, é de fundamental importância o diálogo com os sujeitos que fazem a política pública acontecer, no caso



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

desta pesquisa, os profissionais que atuam na educação infantil e a representação regional do poder público.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

A escolha da região de Guaianazes, Zona Leste de São Paulo, se deu em razão de duas principais características: ao mesmo tempo em que apresenta um elevado quadro de vulnerabilidade social também apresenta o maior número de creches conveniadas da região leste da cidade. Além da desigualdade das condições sociais com as quais as crianças convivem nas regiões periféricas, a diferença no atendimento pode ser considerada como mais uma desigualdade.

Como forma de contemplar esses objetivos, a realização da pesquisa foi direcionada para a apreensão das perspectivas dos sujeitos e para o acompanhamento do funcionamento de instituições de educação infantil. Essa opção configurou a pesquisa, do ponto de vista metodológico, como um estudo de caso (STAKE, 2007), na perspectiva da investigação qualitativa. A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise documental, entrevistas e observação em duas instituições educacionais: um CEI Direto com estrutura e gestão total do setor público; e um CEI conveniado, com estrutura e gestão de organizações do terceiro setor, onde o ente público municipal repassa valores por criança matriculada.

A seleção dos sujeitos para entrevista considerou os profissionais da educação e sua vinculação com a implementação da política de Educação Infantil na região: diretor regional, diretor de unidade, o coordenador pedagógico e um professor de cada unidade. Também foram realizadas observações como uma possibilidade de confirmar, questionar ou descartar situações apresentadas pelas entrevistadas.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análise e discussão de dados

A região onde foi realizada a pesquisa apresenta uma grave situação de pobreza para a população local, o que se configurou como uma importante variável nas concepções de criança, infância e educação infantil. Do ponto de vista quantitativo, a região no momento em que foi realizada a pesquisa atendia 94,52% da demanda por vagas em educação infantil de 0 a 3 anos. No entanto, 87,44% deste atendimento era realizado por entidades conveniadas.

Nesse aspecto da análise foi possível perceber que, mais do que a diferença de atendimento ou das possíveis qualidades diferenciadas que possam existir entre a instituição direta e a instituição conveniada, são as condições econômicas e sociais das crianças que qualificam a forma como os entrevistados veem as crianças e a infância, e consequentemente, a educação da criança de 0 a 3 anos, considerando que tais concepções acabam interferindo e orientando o trabalho cotidiano.

A concepção e a perspectiva de política pública da gestora responsável pela Diretoria Regional de Educação, profissionalmente e pessoalmente vinculada à região, colaboraram para a expansão do número de entidades conveniadas, no sentido de suprir algumas necessidades básicas das crianças, como a alimentação e a higiene. Nesse contexto, se sobressaem as questões do cuidado, que estão presentes como a primeira diretriz a ser cumprida pelo poder público. A experiência da diretora como educadora e sua perspectiva social local, determinam em grande parte a atuação da rede na região, conforme ela relata:

Eu sou uma educadora, acredito na educação, eu acho que você só pode mudar a realidade de um bairro através da educação. Se as nossas crianças começarem mais cedo na escola, porque aqui as crianças precisam de cuidados, a educação é cuidar e educar, e aqui nós precisamos antes de tudo de cuidados. Então, a criança entrando numa creche, ela é bem cuidada, ela é estimulada, ela tem uma alimentação diferenciada. (CORREIA, 2013, p.78).

Corroborando o vínculo entre a pobreza da região e a educação para a criança pequena, destaca-se na política implementada pela diretoria de educação, o fato de ela se articular com interesses regionais vinculados à carência material da população adulta. Para a diretora regional de educação, essa política supre uma demanda econômica da região, como a criação de empregos e a perspectiva de “aquecer” o desenvolvimento local. Essa possibilidade de trabalho para a população teria um



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

impacto na educação, pois são contratados profissionais da região que demonstrariam maior afetividade com o emprego e consequentemente com as crianças:

A afetividade desses CEIs conveniados é diferenciada. Porque são pessoas que queriam muito o emprego e conseguiram. Porque eu quero que essa população tenha uma autoestima. Quando eu vejo a execução orçamentária, o recurso que a Prefeitura manda pra cá, para cumprir esses convênios. Se não tivesse esses convênios esse dinheiro estaria indo pra qualquer outra região de SP, não estaria? Por que eu não tenho prédio, com é que vai fazer? Vou por a criança onde?

Então, isso deu impacto na região.

É uma política pública que chegou aqui que está fazendo a diferença no bairro; aqueceu o comércio local, gerou emprego, a criança está melhor tratada, o índice de acidentes domésticos diminuiu muito na região. Porque as crianças ficavam sozinhas em casa. (CORREIA, 2013, p.79).

Para os sujeitos entrevistados que atuam diretamente nas instituições junto às crianças, o cuidado, diante da realidade de pobreza local, é considerado como um dos pontos fundamentais a ser proporcionado pela educação. Eles relatam a situação de carência das crianças e a forma como a instituição acaba por suprir suas demandas de sobrevivência. A fala da coordenadora pedagógica do CEI Conveniado ilustra esta situação:

São crianças bem carentes, desde o vestir até o alimentar, e o cuidado. São bem carentes mesmo. [...] A maior necessidade é a alimentação. A gente percebe pela atitude delas, pela vontade delas comerem, e principalmente segunda-feira que temos que fazer duas panelas.

Segunda-feira eles vêm famintos. E em relação às frutas também. A gente vê que eles não têm contato com as frutas. Porque quando a gente apresenta as frutas é aquela alegria: Ah! Banana, maçã! (CORREIA, 2013, p. 80).

Essa perspectiva interfere em sua avaliação da qualidade do CEI Conveniado, pois quando a coordenadora é questionada sobre o que funciona, o que não funciona, e o que pode melhorar ela destaca a questão da alimentação:

Aqui funciona muito bem a alimentação. Não tem caso de rejeição de alimentação. Todas as crianças se alimentam muito bem. Até porque elas necessitam se alimentar. Ela é necessária, porque se não...Principalmente o horário de alimentação, porque alimentando a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

criança você consegue desenvolver seu trabalho pedagógico. Alimentação é o principal. (CORREIA, 2013, p.80).

Em relação à questão da assistência social, não se pretende negar ou criticar sua necessidade como um direito social, consagrado como proteção social na Constituição de 1988.^[1] Mas, a histórica vinculação das creches à assistência, fomentou práticas clientelistas que resultaram em uma política assistencialista, decorrente da história da assistência social no Brasil – pelo menos até a Constituição de 1988 –, que se definia pela falta de critérios universais de atendimento, falta de transparência das ações e pelo veto ao controle social e à participação da sociedade civil (COSTA, 2002).

Essas concepções sobre assistência nas creches ainda estão presentes no cotidiano das instituições, bem como, na forma como os sujeitos veem os serviços que elas prestam. Elas estão na política macro, no CEI Conveniado, e no CEI Direto, conforme afirmação da professora entrevistada no CEI Direto:

Então, o que eu vejo nesse CEI: tem bastante criança que são bem cuidadinhas. Você vê pela mochila, bem organizadinha. Acho que aqui a grande maioria vem com a roupinha bem organizada, com os produtinhos de limpeza, tudo certinho. Tudo no lugarzinho certo. E, tem sempre os mais coitadinhos, vamos falar o português correto. Que às vezes vem com aquela roupinha. Às vezes está calor, vem com a roupinha de frio. Às vezes a mãe se esquece de mandar o chinelo para o calor, aí fica com o tênis o dia inteiro. É sofrido para a criança. Então, o CEI é assistencialista, ele está dando assistência para as famílias. (CORREIA, 2013, p.81).

Segundo Sarmiento (2007), as imagens sociais da infância se sobrepõem e coexistem, e a partir dos depoimentos apresentados foi possível concluir que as imagens e concepções sobre criança e infância, que fundamentam a política, não têm uma perspectiva linear. Como se pode perceber, as visões assistenciais, de preparo para o futuro e de desenvolvimento integral da criança, convivem lado a lado direcionando as práticas cotidianas.

A situação evidenciada, aliada às concepções dos agentes implementadores, que tem por base a pobreza e a perspectiva de oferecer uma educação que supra as carências materiais das crianças, consolida a ideia de *mínimo* como satisfação imediata da necessidade, ou seja, na região o mí-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

nimo se traduz em uma vaga, quer seja numa instituição direta ou numa instituição conveniada. Segundo depoimento da diretora da DRE Guaianazes:

Mas, CEI era uma defasagem muito grande, criança de 0 a 3 anos. Então, a gente começou a trabalhar muito nisso. É uma dor de cabeça porque você imagina que nós temos 97 equipamentos diretos e 160 indiretos. É uma rede nova entrando e eu tenho os mesmos funcionários na diretoria. Então, eu conto com uma equipe de boa vontade para a gente trabalhar em cima disso e melhorar. Porque agora nós estamos numa fase de melhorar a qualidade dessas CEIs. Num primeiro momento era atender a demanda, atendemos. Agora que a criança pelo menos tem um local. (CORREIA, 2013, p.83).

A conformação da rede com uma grande quantidade de unidades conveniadas, expandindo primeiramente o acesso, para depois se pensar em outras questões de qualidade, tem repercussão na trajetória da Educação Infantil no município e na região, e pode consolidar um processo de diferenciação de atendimento em que, novamente, as crianças pobres ascendem às vagas com um primeiro critério de qualidade satisfeito, mas constituindo uma iniciação precoce à desigualdade.

Seja por meio de discursos e orientações internacionais, ou pela prática de implementadores, a política educacional que apenas visa melhoria das condições de vida da população, oferecendo o básico, que se traduz na vaga, contemplando as questões do cuidado, alia uma visão assistencial com a compensação de carência, conformando um quadro da política para a criança pequena na região. A perspectiva do cuidado e da assistência é defendida pela diretora da DRE Guaianazes:

Tem todo um contexto, e nós lidamos com crianças de uma faixa etária bem significativa de cuidados. Necessária de cuidados que nós temos que ter uma significação muito maior com essa criança. Agora por eu viver aqui, por eu ser dessa comunidade, tem hora que eu falo muito mais como assistência social do que como educação, mas é que uma coisa não se dissocia da outra. Se eu não cuidar dessa criança o que vai ser dela? (CORREIA, 2013, p.79).

A frase final da diretora remete às discussões de infância desvalida, que fundamentavam as propostas para a infância no início do século 20; sendo essa perspectiva uma proposta que se aplica na região de Guaianazes. Se naquele período, os ideais de um novo país – da República –, pregava a ideia de “Salvar a criança para salvar o Brasil” (RIZZINI, 2011), na atualidade, a ideia do acolhi-



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mento em instituições de educação infantil, ainda carrega fortemente essa concepção: cuidar da criança para prevenir problemas futuros.

Assim, a vaga para a criança pequena, em que pese ser um direito previsto nos marcos legais do país, se coloca agora como uma chance, uma oportunidade de salvação de seu futuro comprometido, em virtude de sua pobreza e em decorrência de sua vida familiar desestruturada.

[1] A assistência faz parte do sistema de Seguridade Social, que também incorpora a previdência e a saúde. A regulamentação ocorreu com a promulgação em 1993 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

Foi possível inferir que a distância existente entre a legislação e a ação prática, constatada por vários especialistas da Educação Infantil, não é apenas falta de vontade política do poder público – apesar de ela existir em alguns casos. Ela faz parte de mecanismos históricos construídos na sociedade brasileira, que tornam alguns coletivos desiguais, como apresentado por Arroyo (2011), e que fazem parte da estrutura da sociedade brasileira. Nesse contexto, as concepções que se constroem sobre tais grupos são fundamentais para entender os mecanismos de funcionamento do Estado e da sociedade, pois as concepções e representações são decisivas para a conformação de uma política pública.

Também foi importante considerar a infância e as crianças a partir das contribuições da Sociologia da Infância para perceber que, como grupo minoritário, elas também são feitas desiguais, pois são suscetíveis a outros grupos geracionais com mais poder; e perceber também que a partir da forma como sua representação social adentra na política pública, se configuram as ações do Estado para seu grupo social.

No caso das políticas voltadas para a educação infantil de 0 a 3 anos, a constatação, a partir da análise dos dados, foi a de que ainda se mantém uma visão hegemônica de política para a criança carente, em detrimento de políticas para a criança competente. O que se verificou nas duas instituições foram concepções que entendem crianças e famílias como necessitados de correções; o que enseja uma política e ações que colocam o problema da educação nos usuários/beneficiários, e não no Estado, nem no processo de reprodução de desigualdades que existe no Brasil. (ARROYO, 2010b).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografia

ARRETCHE, M. T.S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M.C.B. (orgs) **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

ARROYO, M. Por uma nova perspectiva de análise das políticas educacionais: da desigualdade ao direito à diferença. **Anais do XV Endipe – Encontro nacional de didática e prática de ensino**. Belo Horizonte, 2010a.

_____. Políticas Educacionais, igualdade e diferenças. **Revista Brasileira de Políticas e Administração Escolar**, v.27, n. 1, p-83-94, jan./abr., 2011.

CAMPOS, M. M.; FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa, **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CORREIA, M. A. A. **Educação infantil de 0 a 3 anos: um estudo sobre demanda e qualidade na região de Guaianazes, São Paulo**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, p. 120, 2013.

COSTA, B. L. D. As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação. O caso das políticas de assistência social à infância e adolescência. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (org). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M.C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC/USP 2001, p. 13-42.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 30.07.2016.

KRAMER, S. A abordagem da privação cultural e a educação compensatória. In: KRAMER, S. (org) **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. [Temas Básicos de Educação e Ensino].

NASCIMENTO, M. L. B. P. Reconhecimento da Sociologia da Infância como área do conhecimento e campo de pesquisa: algumas considerações. In.: FARIA, A. L. G. ; FINCO, D.(orgs). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, Autores Associados, 2011.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

NUNES, M. F. R., CORSINO, P.; DIDONET, V. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília, Ministério da Educação, Fundação Orsa, 2011.

PROUT, A.. Participação, Políticas e as Condições da Infância em Mudança. In.: MULLER, Fernanda. (org). **Infância em Perspectiva. Políticas, Pesquisas e Instituições**. São Paulo: Cortez, 2010.

QVORTRUP, J. Infância e Política. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 777-792, set./dez. 2010a.

_____.A Infância enquanto Categoria Estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, mai./ago. 2010b.

RIZZINI, I. **O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SARMENTO, M. J. Visibilidade Social e Estudo da Infância. In: VASCONCELLOS, V.M. R.; SARMENTO, M. J. (orgs). In: **Infância (in)visível**. Araraquara, Junqueira & Marin, 2007.

STAKE, R. E. **Investigación com estudio de casos**. Madrid: Ediciones Morata, 2007.